

A INFORMAÇÃO NO OITOCENTOS, RIO DE JANEIRO, IMPÉRIO DO BRASIL: NOTAS À MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Icléia Thiesen

Professora da UNIRIO/CCH/DH e PPGMS

Museóloga, Bibliotecária, Doutora em Ciência da Informação

icleiathiesen@globo.com

RESUMO

Estudos recentes têm indicado que a informação, enquanto idéia que circula na sociedade, ocupa o campo social muito antes de sua institucionalização como disciplina ou ciência, em resposta a problemas formulados em meados do século passado. Esse é o caso verificado na Corte do Império do Brasil, no Oitocentos. O presente artigo é extraído de estudo que se propõe a caracterizar e analisar o surgimento da informação como estratégia do Estado que define um *projeto* urbano para o Rio de Janeiro, bem como alguns elementos que permitem delinear a sua natureza. O *locus* institucional privilegiado é a Casa de Correção da Corte, hoje Complexo Frei Caneca. As práticas institucionais são documentadas e estocadas em materiais da memória coletiva e da História, cujos fragmentos constituem superfícies de inscrição de informações ora analisadas.

Palavras-chave: Teoria da Informação; Sistemas de Informação; Memória Institucional

ABSTRACT

Answering to issues raised in the mid of the last century, recent studies indicate that information as an idea in society had been occupying the social field long before its institutionalization as discipline or science. That was the case verified in the Brazilian Court during the Empire, in the 19th century. This article is extracted from the study that intends to characterize and analyze the raise of information as a State strategy defining a urban *project* for Rio de Janeiro and also some elements allowing its nature to be designed. The privileged institutional *locus* is Casa de Correção da Corte, today Complexo Frei Caneca. The institutional practices are documented and stored in historical and collective material and its fragments compose the surfaces where the information analyzed here is.

Key-words: Information Theory, Information Systems, Institutional Memory

A INFORMAÇÃO NO OITOCENTOS, RIO DE JANEIRO, IMPÉRIO DO BRASIL: NOTAS Á MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Icléia Thiesen (UNIRIO)

icleiathiesen@globo.com

*A informação, portanto, não pode ser compreendida
separada dos processos sociais em que vem a formar-se
e a formar as pessoas que dela são investidas.*

(Giorgio De Michelis)

INTRODUÇÃO

O nascimento da Ciência da Informação é um acontecimento datado da segunda metade do século XX e constitui um capítulo da história contemporânea[1]. No entanto, ao interrogarmos os pressupostos que levaram à sua institucionalização, deparamo-nos com antecedentes que nos encaminham à sua pré-história. O objeto dessa disciplina é anterior ao saber que a formaliza enquanto tal. Essa afirmativa pode ser comprovada na medida em que analisamos documentos históricos que, uma vez reunidos em um quadro analítico, indicam os contornos de sua natureza[2].

Nesse sentido, é preciso recuar no tempo, em especial ao século XIX, para buscar os fundamentos que nos permitem delinear uma hipótese ainda não aceita e sequer existente no quadro de referência da área que, para tanto, poderia ampliar o próprio olhar e sair de suas fronteiras disciplinares, buscando reunir outros aportes epistemológicos. A história dos saberes deve ser interrogada para nela identificarmos outros contornos da informação e o seu papel na sociedade imperial brasileira.

Estudos recentes têm indicado que a informação, enquanto idéia que circula na sociedade, ocupa o campo social muito antes de sua institucionalização como disciplina ou

ciência, em meados do século XX, pelo menos em nossa sociedade. Este é o caso verificado na Corte do Império do Brasil, no Oitocentos. O presente artigo é extraído de estudo que se propõe, entre outros objetivos, a caracterizar e analisar a informação enquanto parte da problemática urbana que desafiava a elite imperial dirigente, cujos fragmentos encontram-se estocados nos materiais da memória coletiva e da História, indicando alguns elementos que permitem delinear a sua natureza no período mencionado.

O *locus* institucional mais específico, que nos permite identificar e desenvolver essa argumentação, é a Casa de Correção da Corte, a Casa de Detenção, bem como o Instituto de Menores Artesãos, situados no mesmo espaço arquitetônico, vale dizer, a Casa de Correção, hoje Complexo Frei Caneca. As práticas institucionais são documentadas pelas instituições do Estado constituindo superfícies de inscrição de informações, ora analisadas. Se o pensamento precede a forma (THIESEN, 2006), é preciso analisar as idéias e as crenças em circulação na sociedade, bem como as práticas institucionais que nos permitirão compreender o universo no qual a informação se apresenta evanescente e discreta, mas jamais invisível.

Não se trata, no caso, da informação contida em diferentes documentos, que poderíamos caracterizar enquanto informação documentária, mas da idéia de informação como personagem conceitual que surge no escopo de um projeto urbano que necessita identificar, separar, individuar, examinar, com o propósito de gerir o espaço da cidade. Um olhar mais atento sobre o século XIX, portanto, permitirá recolher os indícios e as condições de formação de um saber sobre a informação. A inscrição da informação, em seus processos de formação institucional, na história da Ciência da Informação, não deve ser negada ou apagada, mas sim problematizada. Onde se encontram os pilares de sua temporalidade, como se realizaram seus processos de institucionalização e a estruturação de suas práticas? Tais questões não podem ser inteiramente respondidas nos limites deste trabalho, mas constituem um desafio para a discussão sobre a gênese da área e a sua natureza.

A INSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Or comme la plupart des sciences "recentes",

les sciences de l'information et de la communication

(SIC) n'ont pas encore une histoire officielle.

Robert Boure

A história da Ciência da Informação não se confunde com a informação na história. É possível identificar as condições de formação dessa disciplina em diferentes instâncias e épocas que tornaram possível a passagem do que era ainda evanescente, para a consolidação de um conjunto de saberes que se instituem em determinada época, articulados às demandas sociais e políticas que legitimam seu nascimento. (THIESEN, 2006) Campo de estudos dedicado a “questões científicas e à prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento” (SARACEVIC, 1996), a Ciência da Informação, institucionalizada nos anos 60 do século passado, desenvolve um percurso próprio a depender do país em que estabelece suas bases como disciplina. Na França, por exemplo, a referida disciplina é nomeada no plural e encontra-se conjugada à Comunicação, configurando-se como Sciences de l'Information et de la Communication (SIC)[3]. Como disciplina recente, a Ciência da Informação, tal como se instituiu no Brasil, na França e nos Estados Unidos, ainda não conhece sua própria história oficial.

O contexto de seu surgimento a insere como área que atende, em princípio, necessidades de governo[4]. Suas bases epistemológicas a caracterizam como interdisciplinar, dialogando com diversas disciplinas, tais como a Biblioteconomia, a Bibliografia e a Documentação, a Lingüística, a Ciência da Computação, a Psicologia, a Filosofia, a Arquivologia, além de receber aportes teórico-metodológicos das ciências sociais, à medida que a sociedade se deparava com problemas dessa ordem.

A que problemas se propõe responder enquanto disciplina? A Recuperação da Informação parece constituir sua questão original, sua marca de batismo. Cunhado por Calvin Mooers, em 1951, esse conceito pode ser definido como “aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificações para busca, e também sistemas, técnicas, ou máquinas que são empregadas para levar a efeito a operação”. (SARACEVIC, 1996) Trata-se da institucionalização de uma disciplina cujos antecedentes oficialmente reconhecidos são marcados pelas dificuldades que emergiram das pesquisas bélicas, que geraram uma imensidade de documentos relevantes de difícil recuperação em tempo hábil.

Além disso, terminados os conflitos mundiais, os governos trataram de organizar estrategicamente o conhecimento científico sob seu controle, no pressuposto amplamente reconhecido de que conhecer é dominar. Com efeito, o Projeto Manhattan, “que reuniu nos Estados Unidos as pesquisas sobre a bomba atômica”, passa a constituir o marco teórico da institucionalização da ciência (MOREL, 1979), a realizar-se posteriormente, recebendo expressiva atenção dos governos que definem suas políticas de ciência e tecnologia. A informação científica e tecnológica reassume a importância estratégica vinculada a razões de Estado e de Governo.

A produção e a organização do conhecimento para a sua recuperação devem refletir questões políticas de ciência e tecnologia, que entram no escopo da Guerra Fria. Nesse sentido, afirma Morel (1973) que

em todas as sociedades industriais a política científica vai fazer parte da política global de Estado: é a formalização das relações entre o Poder e o Saber, guiada pelo mito de sua instrumentalidade. A ciência se constitui, então, em objeto de uma política sistemática, gerida pelo aparato estatal (conselhos de pesquisa, ministérios, fundações).

Nas sociedades industriais a produção científica passa a depender de grandes empresas e do aparato estatal. (MOREL, 1979, p. 20) No Brasil, após a II Guerra Mundial, a necessidade de se criar um sistema científico e tecnológico se torna evidente. Em 1948 é fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, que passa a reunir-se anualmente. Surge o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF, em 1949, tendo à sua frente o físico César Lattes, com o propósito de realizar pesquisas nucleares experimentais, logo recebendo apoio da Confederação Nacional da Indústria – CNI e do próprio CNPq, criado em 1951, constituindo o marco histórico da institucionalização da política científica brasileira. (MOREL, 1979).

A criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (atual IBICT), em 1954, sob os auspícios da UNESCO, vem formalizar práticas documentárias de bibliotecas e arquivos, atenuadas com as necessidades de produzir recursos humanos especializados, bem como organizar e dinamizar políticas nacionais de informação, agora em vias de se desenvolver. A institucionalização da Ciência da Informação, no Brasil, como vimos, tem sua base histórica, ainda que lacunas precisem ser preenchidas por pesquisas complementares quando se trata da informação na história.

A INFORMAÇÃO NA HISTÓRIA: DE VOLTA AO PASSADO E AO FUTURO

Lá onde seríamos tentados a fazer referência a uma constante histórica ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência impondo-se do mesmo modo a tudo, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”.

Os primeiros sinais que registram o termo *informação* encontram-se gravados na *Encyclopédie*^[5], um empreendimento pioneiro e impactante, desenvolvido na segunda metade do século XVIII, que veio a sistematizar e organizar o saber da época das Luzes, sob a direção de Jean le Rond d'Alembert e de Denis Diderot. Para compreender o espírito dessa obra, é preciso recorrer aos princípios que fundamentaram o Iluminismo, ali refletidos. Pela sua grandiosidade, a Enciclopédia pode também ser considerada como um monumento fundamental para a compreensão do pensamento do século XVIII^[6].

Maior *best seller* do século, no Brasil a obra também era lida e, conforme explica Cavalcanti, havia na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XVIII, “um grupo de oficiais livreiros – restauradores, encadernadores e comerciantes de livros” (CAVALCANTI, 2004), mantendo relações com outros profissionais em Lisboa e no Porto, intermediando o comércio livreiro. Lia-se aqui e lá, pois os livros chegavam à corte do Rio de Janeiro em intervalos de tempo variados entre a publicação e a recepção nas províncias, embora não seja possível precisar sua duração.

É importante perceber a forma pela qual o termo *Informação* é definido, numa época marcada pelas agitações que, bem posteriormente, acabam por derrubar a monarquia francesa (DARNTON, 1996). Trata-se de um verbete jurídico, sendo *information* “um ato judiciário contendo os depoimentos das testemunhas sobre um crime ou um delito do qual a parte civil ou pública fez uma denúncia.” (DE MICHELIS, 2003, p.127). O autor explica que o seu respectivo termo sinônimo é inquérito penal (*information*), diferenciando-se de *enquête* (inquérito civil). O interesse jurídico sobre o termo marca seu batismo na história e chama atenção para as bases epistemológicas da Ciência da Informação.

As permanências do sentido empregado ao termo podem ser verificadas em documentos jurídicos do século XIX, produzidos por juristas que legislavam sobre o mundo do crime, inscrevendo a informação na lei, mas também construindo a memória institucional que se organizava em torno de diversas instituições do Estado.

Inspirada na obra de Francis Bacon (1561-1626) – filósofo, advogado, político e diplomata inglês – a Enciclopédia de Diderot e d'Alembert, às vésperas do Iluminismo, em sua tarefa classificatória, empreende uma estratégia epistemológica de forma sutil, utilizando o diagrama do conhecimento de Bacon e de outros pensadores para legitimar a categoria de *gens de lettres*, o homem das letras comprometido com o Iluminismo (DARNTON apud COSTA, 1998, p. 107). O esclarecimento, a autonomia, a racionalidade e o progresso da humanidade definem os contornos do pensamento das Luzes expressos no trabalho dos enciclopedistas. Traçando novas linhas entre o conhecido e o desconhecido, construíram uma

árvore do conhecimento que crescia como um todo orgânico em vários ramos. Darnton esclarece, em sua análise dessa obra que foi considerada herética, que

Longe de ser um compêndio neutro de informações, modelava o conhecimento de tal maneira que o tirava do clero e colocava-o nas mãos de intelectuais comprometidos com o Iluminismo. O triunfo final desta estratégia veio com a secularização da educação e o surgimento das modernas disciplinas escolares, durante o século XIX. Mas, o combate mais importante ocorreu na década de 1750, quando os enciclopedistas reconheceram que conhecimento era poder e, mapeando o universo do saber, partiram para sua conquista. (DARNTON, 1986, p. 250)

Denunciada como incentivadora do ateísmo, na medida em que destronava a teologia do centro do conhecimento para um tronco remoto da nova árvore, cujo lugar privilegiado agora é ocupado pela filosofia, a Enciclopédia organiza o conhecimento a partir das três faculdades irmãs – razão, memória e imaginação –, paga o preço de sua ousadia, tendo sido “incluída no *Index* em 5 de março de 1759”, mas ainda assim sobreviveu e sua “permanência marca um momento decisivo do Iluminismo e da história do livro em geral”. (DARNTON, 1996, p. 22) O autor ressalva, no entanto, que essa obra monumental não foi um chamado a revolução, pois

era um produto de seu tempo, da França de meados do século, época em que os autores não podiam discutir abertamente as questões sociais e políticas, em contraste com a era pré-revolucionária, quando um governo vacilante permitiu maior liberdade de expressão. (p.19)

O *projeto baconiano*, que inspirou os enciclopedistas visava uma reforma total do conhecimento humano até então produzido, comparando seus autores – incluindo Aristóteles e Platão – a “aranhas que tecem teias maravilhosas, mas permanecem inteiramente alheios à realidade.” (BACON, 1999, p. 11) Faltava, no seu entendimento, uma sistematização dos saberes naturais, que deveriam ser concebidos como saberes ativos, fecundos e práticos na sua totalidade. Bacon é o autor da máxima tão conhecida, segunda a qual “saber é poder”.

Teórico do método experimental, o filósofo interessa-se também pelo segredo e pela criptografia^[7], “uma linguagem secreta binária para ser usada nas mensagens diplomáticas” (MATTELART, 2002, p. 14). Preocupado com a segurança pública do reino o filósofo, em seus escritos, utiliza a palavra *informação* significando *inteligência*. Mattelart acrescenta que “sua coleta diz respeito à *intelligence of State*.” (p. 14) Grifos nossos.

No século XIX, no Brasil, a produção documental incorporou uma prática que se tornara comum em diversos países do Ocidente, desde o Oitocentos, “quando a saúde da população tornou-se uma das normas requeridas pela sociedade industrial”. Foucault (1987, p. 58) explica que o saber médico encontra seu ponto de aplicação em lugares institucionais que legitimam seu discurso, como o hospital, o laboratório, mas também

A biblioteca ou o campo documentário que compreende não somente os livros ou tratados, tradicionalmente reconhecidos como válidos, mas também o conjunto dos relatórios e observações publicadas e transmitidas, e ainda a massa das informações estatísticas (referentes ao meio social, ao clima, às epidemias, à taxa de mortalidade, à frequência das doenças, aos focos de contágio, às doenças profissionais) que podem ser fornecidas ao médico pelas administrações, por outros médicos, por sociólogos, por geógrafos.

Produzido pelo saber médico, constituído de diversas etapas – observação, experimentação, descrição, classificação – o registro médico diz respeito ao corpo humano, “tal como a anatomia patológica o define” (FOUCAULT, 1987, p. 59), objeto do olhar legitimado pelas instâncias de poder. Em sua análise das condições de produção de um conjunto de saberes, o mesmo autor resume:

São esses fenômenos que se começa a levar em conta [...] e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber... (FOUCAULT, 1999, p. 291)

O nascimento da medicina social é contemporâneo dessas técnicas que atribuem ao médico o papel de responsável pela saúde pública no espaço social. A estatística – ciência do Estado – é um saber que se institui pelas mãos da elite imperial para garantir a ordem pública e a governabilidade, tornando possível conhecer o território e a população. Na Corte do império brasileiro, onde essas idéias circulavam, as mesmas estratégias visando um governo da cidade foram implementadas. No plano individual, tanto quanto no coletivo, era preciso um controle sobre o corpo – do indivíduo e da sociedade – no sentido de socializar a força de trabalho, isto é, disciplinar o corpo social.

Outras instituições do Estado são formalizadas no intuito de gerir esse novo projeto que tinha como alvo a proteção das riquezas, a higienização da cidade e a garantia da ordem pública, nos primórdios da industrialização que promoveu a organização do espaço urbano e a disciplina do trabalho, visando prioritariamente à proteção da propriedade privada. As novas formas de acumulação das riquezas pressupunham a existência de esquemas de preservação e segurança da produção, materializada em mercadorias, estoques, máquinas, oficinas, matérias-primas, etc. A periculosidade do indivíduo estará doravante no horizonte das políticas de controle social.

O medo do caos é um elemento simbólico que vai nortear as políticas identificatórias de controle da população, em especial a partir da crise da Regência, instaurada com a abdicação de D. Pedro I, marcada pela conturbação social. A Revolta dos Malês^[8] e a de Manoel Congo^[9], entre outras, assustaram as elites imperiais a partir da década de 1830, que viam

nesses movimentos o risco iminente de novas rebeliões de escravos. A premência de definir e esquadrihar o espaço da cidade e consolidar o Estado Nacional fez com que se aplicassem os conhecimentos trazidos pelos reformadores, com o apoio da medicina social, dos juristas e da polícia da corte do Rio de Janeiro, capital do Império.

É nesse contexto que surgem, no Brasil, os adeptos das teorias dos reformadores iluministas, tais como Bentham, Beccaria, mas também Howard. A filantropia tomar corpo expressa “as atitudes e sentimentos que demonstram a disposição e bondade naturais de amar todos os homens”. (FALCON, 2004, p. 70). Colocando em prática a beneficência, ou seja, os atos de fazer o bem a quem quer que seja, é fácil perceber que, por trás dos propósitos reformistas, nem sempre revelados, surgem discursos que escondem outros objetivos: “o controle, a ordem, a disciplina, os novos saberes, um novo conceito de trabalho...” (FALCON, 2004, p. 78)

A Casa de Correção da Corte (1833-1850), hoje Penitenciária Lemos Brito, a Casa de Detenção (1856), atual Milton Dias Moreira, e o Instituto de Menores Artesãos (1861) que funcionou nesse complexo durante mais de 10 anos, constituem um conjunto de instituições construídas no mesmo espaço prisional, que integram parte do aparato estatal, atendendo aos propósitos da criação de um sistema de controle e vigilância sobre a vida urbana, mirando em especial as classes pobres: escravos, africanos livres, mendigos, menores, ciganos, alcoólatras, loucos, vadios e, posteriormente, operários.

Sua concepção instaurou o trabalho e o silêncio como formas de correção, com auxílio da reforma penal e do saber médico, que intervêm no espaço carceral. Uma série de registros é produzida e passa a compor um sistema[10] que circula da prisão à polícia, ao aparelho judiciário e vice-versa. Conforme assinala Bretas, em suas pesquisas sobre a instituição policial no Império, “a construção do aparato estatal brasileiro no século XIX teve a colaboração de um sistema repressivo como um de seus pontos principais [...]” (BRETAS, 1998, p. 231).

O referido sistema punitivo e de inspeção produz informações sobre os prisioneiros. Trata-se de informações de natureza identificatória, que visam produzir um saber sobre os apenados e capturá-los em casos de fuga. (THIESEN, 2006) Associado ao saber médico dos reformistas, ao processo identificatório logo se incorporam idéias higienistas de Francis Galton, bem como de Lombroso, Esquirol, Lacassagne e daqueles que se tornaram adeptos do darwinismo social.

O Regulamento da Casa, elaborado pelo Dr. Francisco de Carvalho Moreira, posteriormente Barão de Penedo, foi aprovado pelo Decreto n. 678, de 1850, data que coincide com a inauguração formal da instituição, em construção desde 1833. Esse diploma legal está conforme o Regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, que “regula a execução da parte policial e criminal da lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841”. No seu artigo 40 lê-se:

As informações, que se obtiverem pelos meios marcados nos artigos antecedentes, servirão de base para a promoção dos Juizes Municipaes, de Órphãos, e Promotores aos lugares de Juiz de Direito, e bem assim para a sua reconducção, e melhoramento do lugar.” (grifo nosso)

O termo *informação* é bastante corrente nos instrumentos legais dessa época, dentro do espírito antes analisado, o que parece confirmar a sua vocação jurídica, estratégica e de inteligência, tal como vimos ocorrer na sua definição pelos enciclopedistas e, antes, por Francis Bacon. Os materiais da memória institucional acumulam informações sobre a cidade, a população e o aparato estatal, formando e (re)formando mentalidades.

Identificar, selecionar, excluir são os movimentos que, justificando suas ações no sentido de preservar a higiene pública que combateria as endemias, acabam por produzir um sistema de informação e de classificação com fins de inteligência. Nesse processo uma *identidade-estigma*, no sentido discutido por Erving Goffman, produziu-se e disseminou-se na corte sobre esses indivíduos portadores de uma marca comum: a miséria e a exclusão social. Goffman (1988, p. 53) define estigma enquanto informação social, ou seja,

Uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento. Essa informação, assim como o signo que ela transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem.

O século XIX foi profícuo nos estudos e ações voltadas para o combate ao crime, dando por conseguinte origem à Criminologia, um saber específico que gerou a polícia judiciária, a fotografia identificatória, a bertilhonagem, a estatística criminal, a medicina legal, a literatura do crime. Produzem-se imagens e representações múltiplas que engendram a transgressão criminal, o tolerável e o intolerável, e o inquérito judiciário. Questões como crime e segurança tornam-se obsessões que desafiam a imaginação dos cientistas e homens de Estado. Gera-se, assim, não apenas farta documentação sobre o tema, mas também um amplo sistema de informações disponibilizadas às instituições governamentais, produtoras e usuárias, simultaneamente.

Mas, para além das diferentes iniciativas visando organizar o espaço urbano, se esboçava ainda uma certa *vontade de memória*, que se encarregaria de documentar a experiência histórica e daria origem inclusive ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Wehling explica que a criação do IHGB, em 1838, é parte de uma “política da memória nacional”, com a definição de objetivos científicos, culturais, educacionais e administrativos marcados pelo historicismo (1999, p. 34). Seu objetivo é claro: “coligir, metodizar, arquivar e publicar documentos necessários para a escrita da história do Brasil”. A busca de uma identidade nacional a ser construída orienta esses percursos institucionais, visando afetar o

imaginário através de símbolos e idéias. No século XIX, no Brasil, as instituições-memória são criadas, segundo idéias herdadas das concepções iluministas, em especial do primado da razão.

O triunfo do documento e a celebração da história, no século XIX, dão sentido à institucionalização da memória nacional que se procurava organizar. A historiografia e os arquivos, no melhor momento do espírito positivista, tornam-se indissociáveis. O Arquivo Nacional é criado em 1838, em consonância com

a crescente importância dos documentos arquivísticos na escrita das histórias nacionais, nos séculos anteriores, a centralização e organização dos arquivos adquire relevância, sobretudo no XVIII, investido do caráter científico das Luzes e também da demanda das administrações, mormente das colônias ultramarinas.
(HEYNEMANN, 2004, p. 9)

A autora explica que “o Arquivo Nacional foi herdeiro da tradição lusa” (p.17) e o amplo programa reformista do marquês de Pombal produziu efeitos na colônia e preparou o campo para a produção, no século XIX, de uma “memória institucional [...], prolongando o modelo e os pressupostos científicos das Luzes”. Importa ressaltar aqui o pensamento social que predominava na formação do Estado e as estratégias levadas a termo em prol da administração da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império. É certo que o documentar precede o documento, da mesma forma que o arquivo supõe aqueles que o formaram.

O arquivo judiciário, enquanto instituição do Estado, encontra no Antigo Regime, seu campo de formação privilegiado. A informação, tal como pode ser hoje analisada historicamente, ganha contornos de inteligência, com caráter identificatório, sob as exigências do aparelho de Estado com suas instituições políticas. Por sua utilização pelo poder, o arquivo é também visto como escrita do Estado. Chartier assinala, no entanto, que é preciso medir “as competências culturais das populações, agentes ou súbditos do Estado, que exercem ou apreendem o poder de comando e de justiça por meio de textos que se destinam a ser lidos”. (1990, p. 219)

Arlete Farge, em seu livro hoje já clássico *Le goût de l'archive*, analisa os arquivos da polícia francesa, reflete sobre a escrita da história e o papel dos arquivos judiciários e das bibliotecas que têm a guarda de documentos primários, em séries documentais:

O arquivo judiciário (...) é feito disto: da acumulação, folha a folha, de plantas, processos, interrogatórios, informações e sentenças. A pequena e a grande delinqüência repousam aqui, ao mesmo tempo em que os inumeráveis relatórios e informações de polícia sobre uma população que se procura ativamente vigiar e controlar.
(FARGE, 1989, p. 9)

Ao que parece, a *informação* que emerge no contexto do universo antes mencionado aponta para dois aspectos principais: (1) a inteligência e a identificação; (2) a construção da memória nacional e institucional. Murmúrios do tempo ressoam dos arquivos, dos documentos, das imagens fabricadas sobre a clausura, como discursos mudos de homens infames, ordinários, “arquivos como um corpo que sente e ao mesmo tempo faz sentir. O arquivo como um corpo, um corpo como lugar”. (ARTIÈRES, 2000, p. 36)

Nos escaninhos dos arquivos judiciários encontram-se “essas vidas, nem grandes nem pequenas, reencontrando a história através do universo policial, inventando, no dia necessário, no pavor ou na resignação, respostas enigmáticas ou incisivas, frutos da sua improvável inserção no sistema social”. (FARGE, 1989, p.40)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória institucional remete-nos a experiências híbridas, que incluem e excluem no social. Na perspectiva do tempo, seria o retorno de tudo aquilo que selecionamos do passado, reelaborado no presente a partir de novas interrogações. A história-construção, à maneira de Latour, obriga o pesquisador a voltar atrás:

A curto prazo, a longo prazo, a muito longo prazo, necessita juntar-lhe tempos inumeráveis que têm formas tão diversas como as das ciências e dos objetos. Posso agora dar a essa maneira de fazer história das ciências, a que chamei história-construção, o seu verdadeiro nome: é a própria história, mas alargada às próprias coisas. (LATOURE apud SERRES, 1986)

Ao buscar recompor os caminhos que nos levam a identificar a informação na história, analisamos os indícios encontrados nessa busca incessante dos contornos conceituais, seus elementos, seus personagens. Aprendemos com Deleuze e Guattari, que os conceitos não podem ser aprisionados, pois constituem operadores do pensamento e, como tais, devem apontar para o movimento, mais do que para a forma. As relações saber-poder passam por um processo de institucionalização e suas raízes e mutações encontram-se na história.

Portanto, para analisar tais relações é preciso buscar as condições de possibilidade da cristalização desse processo em instituições, que são seus efeitos. Uma instituição acontece. É fruto de demandas sociais variadas, como variados são os tipos de instituições existentes. Nesse sentido, ao se instituir, a instituição é o novo que emerge como resposta a problemas engendrados no seio da sociedade, pois é da natureza da instituição ser coletiva. É algo que se desprende de um fundo comum – acontecimento – e, em seguida, retorna para esse fundo

comum já agora modificado e, a partir de então, se repete e vai entrar no terreno da reprodução, funcionando como evidência em práticas sociais. (COSTA, 1997)

A memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Vale ressaltar que a informação não pode ser analisada apenas em sua vertente comunicacional, segundo a qual a informação deve ser descartada para dar lugar ao novo. Ao ser associada ao conhecimento, a informação produz memória e se institui. (MARTELETO; VALLA, 2003)

Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo. Entendemos com Zeman (1970, p.162), que “a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se no tempo.” Para compreender a natureza desse personagem conceitual – a informação – é preciso, pois, remontar os fragmentos que a memória institucional produziu em nome da ordem, da lei e da razão.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. *Le livre des vies coupables: autobiographies de criminels (1896-1909)*. Paris: Albin Michel, 2000.

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969 (Coleção Vieira Fazenda, v.2)

BACON, Francis. Vida e obra. In: _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENTHAM, Jeremy. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. Trad. de Ana Edite Ribeiro Montoia. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14, mar./ago.1987.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

BOURE, Robert. Quelle histoire pour les sciences de l'information et de la communication? In: _____. (ed.) *Les origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2002. p.17-44.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa à chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COSTA, I.T.M. Memória institucional e representação: da árvore ao rizoma. In: LEMOS, M.T.T.B.; BARROS, J.F.P. de. *Memória, representações e relações interculturais na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ, INTERCON, 1998. p.105-116.

COSTA, I.T.M. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Orientadores: Maria Nelida Gonzalez de Gómez e Hilton Ferreira Japiassu. Tese (Ciência da Informação). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO; CNPq/IBICT, 1997.

COUZINET, Viviane Médiations hybrides: le documentaliste et le chercheur en Sciences de l'information. Paris, ADBS, 2001, 340 p.

DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In: _____. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v.2 (Os postulados da lingüística).

DE MASI, Domenico; PEPE, Dunia (orgs.). *As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopédie reescritos para o ano 2000*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DE MICHELIS, Giorgio. Comunicação e informação. In: DE MASI, Domenico; PEPE, Dunia (orgs.). *As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopédie reescritos para o ano 2000*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ENGEL, Magali Gouveia. Revolta dos Malês. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 2004.

FARGE, Arlete. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004. (Cours au Collège de France, 1977-1978). 435p.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 51p.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LATOURE, Bruno. Pasteur e Pouchet: heterogênesse da história das ciências. In: ____ . SERRES, M. (org.) *Elementos para uma história das ciências*. Lisboa: Terramar, 1986.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989. 135p.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. *Organização e representação do conhecimento: fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes virtuais*. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Tese (Ciência da Informação). Rio de Janeiro: MCT/IBICT, 2005.

MOREL, R.L. de M. *Ciência e estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

OLIVESI, Stéphane (org.). *Sciences de l'information et de la communication: Objets, savoirs, discipline*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006. 288p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Orientadora: Gilda Braga. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1997. Tese (Comunicação e Cultura).

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun.. 1996.

THIESEN, Icléia. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. *Enc. Bibli.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n.esp., 1º. sem. 2006.

THIESEN, Icléia; RIBEIRO, Leila Beatriz. Documenter, informer, marquer: le retour à un nouveau passé? *Sciences de la Société*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, n.68, mai 2006.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ZEMAN, Jirí. Significado filosófico da noção de informação. In: *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série Ciência e Informação, n.2)

NOTAS :

[1] A relevância atribuída ao fenômeno informacional, no século XX, pode ser avaliada pela denominação de nossa sociedade enquanto *sociedade da informação*. Estaríamos, por conseguinte, vivendo na *era da informação*. Tal pensamento pressupõe que os modos de produção como força motriz do mundo moderno teriam sido substituídos pelos modos de comunicação, determinados pela mídia. O conhecimento seria o motor da sociedade e a informação produzida, processada e distribuída pelos diferentes setores seria o combustível sem o qual essa sociedade não se desenvolveria. A informação é então considerada matéria-prima das chamadas sociedades pós-modernas ou pós-industriais. Para uma discussão sobre o assunto ver LYOTARD (1989) e KUMAR (1997), entre outros.

[2] Em outro trabalho (THIESEN: 2006) desenvolvemos idéias oriundas do projeto *Imagens da clausura: informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro*, segundo as quais houve, na Corte do Império, desde o século XIX, a configuração de um sistema de informações de natureza identificatória e de inteligência, retomadas neste trabalho.

[3] Ver, por exemplo, BOURE (2002), BOUGNOUX (1999), COUZINET (2001) e OLIVESI (2006).

[4] Pinheiro (1997) lembra o valor estratégico da informação, ao registrar que, “no ano de 1962 havia cerca de 250 projetos de Ciência da Informação (Ciência e Tecnologia da Informação) apoiados pelo governo federal [americano]. Não podemos esquecer que o famoso relatório Weinberg *Ciência, Governo e Informação*, data de 1963, portanto, demonstra o interesse do Governo pelo tema, o que ocorreu na União Soviética em 1952, quando foi criado o VINITI – Institute for Scientific Information e no Brasil em 1954, ano da fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, hoje IBICT”. (p.7-8)

[5] A Enciclopédia, tal como ficou conhecida, ou o *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*, foi elaborada no período de 1751 a 1772. Composta de 28 volumes, 71 818 verbetes e 2 885 pranchas, teve a inspiração na obra de Francis Bacon (1561-1626) que influenciou também diversos esquemas de classificação, como o da Biblioteca do Congresso, usado entre 1800 e 1814, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Expansiva de Cutter (MIRANDA: 2005).

[6] Sua importância não se restringe, de forma alguma, ao país de origem. No Brasil essa obra foi adquirida e lida pela elite ilustrada. Ver BESSONE (1999); CAVALCANTI (2004). Em seu estudo sobre o Rio de Janeiro, o prof. Nireu Cavalcanti menciona o *aparato censório* que incidia sobre autores e obras que pudessem causar prejuízos aos poderes do Estado e da Igreja. Entre os autores censurados encontramos Diderot e d’Alembert. Cavalcanti explica que havia tratamento especial concedido a algumas obras e a autores, cujos livros “poderiam ser vendidos às “pessoas privilegiadas”. (p.149) Entre os autores censurados menciona, ainda, Jeremy Bentham, que publicou o famoso memorial propondo o Panóptico como modelo institucional. Ver também BENTHAM (1987)

[7] Em função de todo o esforço de guerra, na década de 1940, inúmeras pesquisas foram desenvolvidas no sentido de tornar as comunicações entre os países envolvidos no conflito mais eficazes, confiáveis e rápidas. Nesse jogo de informações e contra-informações o cálculo analítico desenvolveu-se em direção à *criptografia*, evitando-se que as mensagens fossem violadas pelo inimigo, um dispositivo, portanto, que a história da ciência já registrara. Shannon formula as hipóteses de sua teoria matemática da comunicação (informação), ao trabalhar nos laboratórios Bell, durante a guerra, “especialmente na área de criptografia”. (MATTELART; MATTELART, 1999)

[8] A Revolta dos Malês, rebelião escrava muçulmana, teve lugar na Bahia, em 25 de janeiro de 1835, quando os rebeldes religiosos se manifestaram contra a escravidão, mas especialmente em reação às ações repressivas das autoridades locais e à destruição de sua mesquita pelas forças da ordem, no ano anterior. Cerca de 70 africanos foram mortos e mais de 500 punidos “com penas de deportação, morte, prisão e açoitamento” (ENGEL, 2002, p. 645). Batista afirma que esse trágico episódio constitui um “marco no imaginário do medo naquela época”. (BATISTA, 2003, p. 24-25).

[9] Ocorrida sob a liderança de Manoel Congo, essa Revolta ocorreu em 1838, na região de Pati do Alferes, termo de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, cuja importância se deve às fazendas de café em plena expansão. Foi uma luta de resistência de expressivo número de escravos fugitivos das fazendas – mais de 200 – combatida pela Guarda Nacional, com apoio da legislação penal (Código Criminal do Império, de 1830) que previa a pena de morte para escravos fugitivos. (VAINFAS, 2000)

[10] A idéia de um sistema de informações com valor de inteligência se restringe, até o momento, a um conjunto de operações de entrada, armazenamento e saída de informações, de forma sistemática, visando organizá-las de maneira planejada, para futura utilização. No mencionado sistema não se conhece, ainda, a existência de um subsistema de descrição e representação, tal como é pressuposto em sistemas de informação assim definidos pela Ciência da Informação. No prosseguimento dessa pesquisa poderemos encontrar outros indícios que venham a elucidar esse aspecto.